



Comunicação Pública, Direitos Humanos e Emergências Climáticas: a Experiência do CRP SP com Acessibilidade, Campanhas e Gestão de Riscos¹

Tais Aparecida de Souza²

RESUMO

A comunicação pública, entendida como instrumento de democratização da informação e promoção de direitos, assume papel estratégico em contextos de vulnerabilidade e emergência climática (BUCCI; VANNUCHI, 2020; HASWANI, 2013). Este estudo analisa as ações do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) entre 2024 e 2025, com foco na integração entre comunicação institucional, acessibilidade e gestão de riscos. A pesquisa utilizou análise documental de relatórios e campanhas, fundamentada em referenciais sobre comunicação pública e psicologia das emergências (LUNDGREN; McMAKIN, 2018; CFP, 2024). Os resultados evidenciam práticas de acessibilidade, engajamento digital e impacto social, como a campanha “Psi Sangue Bom”, que ajudou a salvar 64 vidas. Conclui-se que a comunicação do CRP SP atua como vetor ético e social, fortalecendo a cidadania e a presença pública da Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; direitos humanos; emergências climáticas; acessibilidade; gestão de riscos.

1. Introdução

O agravamento das emergências climáticas tem produzido impactos crescentes e complexos sobre a saúde mental e o tecido social, especialmente entre populações vulnerabilizadas (BRAGA et al., 2018). No Brasil, episódios extremos — como enchentes históricas, deslizamentos e ondas de calor intensas — demandam respostas intersetoriais que articulem comunicação pública, assistência psicosocial e políticas de prevenção. A psicologia dos desastres no Brasil tem sido objeto de estudos por autores que apontam lacunas de produção empírica relacionada à resposta institucional em crises ambientais (BRAGA et al., 2018).

Neste cenário de crise multifacetada, a comunicação institucional do CRP SP, orientada por princípios de comunicação pública, assume papel crucial na interface entre órgãos públicos e sociedade, funcionando como mediadora de informações técnicas e

¹ Trabalho apresentado no GT 2 - Comunicação Pública, Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025, em São Cristóvão/SE.

² Coordenadora de Comunicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). MBA em Marketing, Branding e Growth pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-graduada em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). E-mail: tais3109@gmail.com



promotora de participação social. Esse entendimento converge com as teses de Bucci e Vannuchi (2020), que defendem o direito à comunicação como princípio regulatório essencial.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), com mais de 160 mil psicólogas e psicólogos inscritas e inscritos, estruturou entre 2024 e 2025 sua Política de Comunicação Institucional³ inovadora que integra acessibilidade comunicacional, inovação tecnológica e engajamento territorial, reafirmando sua missão institucional de proteger direitos humanos e fortalecer a atuação profissional em contextos de crise.

Essa experiência se torna particularmente relevante diante dos princípios da comunicação de risco, nos quais eficácia depende de credibilidade institucional, clareza das mensagens e adaptação ao público (LUNDGREN; McMAKIN, 2018).

A emergência climática, tema central do III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, impõe desafios específicos à comunicação institucional. Conforme relatado em ações do CRP SP, eventos climáticos extremos — como tempestades que interferiram em atividades do seminário 3º Seminário Estadual de Psicologia na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, em 2024 — evidenciam a necessidade de protocolos comunicacionais resilientes capazes de operar sob condições adversas. Nesse contexto, a comunicação pública emerge como instrumento de democratização da informação, promoção da dignidade e suporte à prevenção e resposta institucional.

Este artigo, apresentado ao GT 2 – Comunicação Pública, Direitos Humanos, Diversidade e Acessibilidade do III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, analisa as ações do CRP SP realizadas entre 2024 e 2025 com foco na intersecção entre comunicação acessível, gestão de riscos e direitos humanos no contexto de emergência climática. Parte-se da premissa de que comunicar é também cuidar, e que, quando orientada por princípios éticos e inclusivos, a comunicação pública pode articular saberes técnicos e experiências comunitárias para respostas institucionais mais eficazes.

A experiência do CRP SP constitui estudo de caso significativo por diversas razões: sua dimensão institucional, a formalização de sua Política de Comunicação

³ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Política de Comunicação Institucional do CRP SP. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/pagina/355420/lRxhgNrcn3gF4DAR1dq1NJUfQ1AzjL4d.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.



Institucional (Portaria CRP 06 nº 17/2025)⁴, o investimento em acessibilidade comunicacional; e sua articulação intersetorial — exemplificada pelo protocolo com a Defesa Civil estadual.

A pergunta de pesquisa que fundamenta este trabalho é: "Quais estratégias de comunicação pública acessível foram adotadas pelo CRP SP para atuar em contextos de gestão de riscos e desastres entre 2024-2025, e quais foram seus impactos preliminares?" Para respondê-la, o objetivo geral é analisar a experiência do CRP SP na interface entre comunicação pública, direitos humanos e gestão de riscos, com ênfase nas estratégias de acessibilidade comunicacional adotadas entre 2024 e 2025.

A relevância da pesquisa decorre da urgência de compreender como instituições públicas podem desenvolver práticas comunicacionais que informem, protejam direitos e promovam resiliência comunitária frente às crises ambientais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) salienta que o acesso à informação deve ser garantido, sobretudo em contextos de risco.

Essa abordagem alinha-se ao tema do III Congresso — Emergência Climática e Direito à Informação — ao demonstrar como a garantia do direito à informação, alinhada a princípios de acessibilidade e direitos humanos, pode fortalecer a resposta institucional e comunitária frente a desastres ambientais.

2. Referencial Teórico

2.1 Comunicação Pública como Direito Fundamental e Instrumento de Cidadania

A comunicação pública configura-se como direito fundamental na medida em que se constitui em condição indispensável para o exercício pleno da cidadania em sociedades democráticas contemporâneas. Esse entendimento tem um marco histórico fundamental no relatório *Many Voices, One World*, conhecido como Relatório MacBride, publicado pela UNESCO em 1980 e lançado no Brasil em 1983, que reconheceu o direito de comunicar como um direito ao mesmo tempo individual e coletivo. Esse posicionamento reforçou a noção de que a mera ausência de interferência estatal — o

⁴ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. **Portaria CRP n. 17/2025**. Aprova e Disponibiliza a Política de Comunicação Institucional do Conselho Regional de Psicologia da 6^a Região – CRP-06. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/portaria-crp-n-17-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.



chamado direito negativo — é insuficiente para garantir seu pleno exercício, demandando ações positivas dos Estados. Como afirma o documento: "a comunicação é um direito fundamental tanto do indivíduo quanto da coletividade, que deve estar garantido a todas as comunidades e a todas as nações" (UNESCO, 1983, p. 422). Esta concepção vai além da mera transmissão de informações, assumindo caráter dialógico e participativo essencial para a construção de esferas públicas inclusivas. No contexto das emergências climáticas, este direito adquire contornos específicos e urgência singular. Como destacam Stevanim e Murtinho (2022), o direito à comunicação se entrelaça com o direito à saúde, especialmente em contextos de crise ambiental, onde a informação acessível e tempestiva pode determinar a proteção ou o risco de vidas humanas. Os autores ressaltam que a assimetria informacional em contextos de desastres ambientais tende a afetar desproporcionalmente populações já vulnerabilizadas, aprofundando desigualdades sociais pré-existentes.

Nesse contexto, os autores ressaltam que a comunicação pública deve ser compreendida como um processo que engloba "Estado, governo e sociedade" em um "espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública" (MAINIERI; ROSA, 2012, p. 12, com base em MATOS, 2003). Essa definição abrange não apenas a comunicação governamental, mas também a atuação de organizações não governamentais, associações comunitárias e outros agentes do terceiro setor.

Mainieri e Rosa (2012) citam Matos (2003, p. 24), para quem a comunicação pública é o "processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade; um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública de um país". Dessa forma, a comunicação pública não se limita a informar, mas também a promover a participação social e o diálogo democrático.

Por fim, os autores concluem que:

O papel da comunicação pública é essencial para a manutenção da democracia. Para tanto, devemos compreendê-la como espaço de interlocução da, para e com a sociedade. Comunicação pública é o verdadeiro diálogo da sociedade em torno dos assuntos coletivos e de interesse público. (MAINIERI; ROSA, 2012, p. 14)

2.2 Comunicação de Riscos e Psicologia nas Emergências Climáticas



A teoria da comunicação de riscos, conforme desenvolvida por Lundgren e McMakim (2018), estabelece que a comunicação efetiva de riscos em emergências depende fundamentalmente da confiança, transparência e da capacidade de engajar os públicos afetados em processos de tomada de decisão. Os autores identificam que a credibilidade da fonte e a consistência da mensagem são determinantes para a eficácia da comunicação em contextos onde a percepção de risco e a tomada de decisão ocorrem sob condições de estresse e incerteza.

No campo da psicologia aplicada a emergências, Braga et al. (2018) destacam que a atuação de psicólogas e psicólogos em situações de desastres requer não apenas competências técnicas específicas, mas também habilidades comunicacionais que permitam o estabelecimento de vínculos de confiança com as comunidades afetadas. Esta perspectiva é particularmente relevante no cenário brasileiro, marcado por significativa diversidade cultural e profundas desigualdades sociais.

Alves (2012) complementa essa visão ao afirmar que o psicólogo, ao atuar em situações de desastres, precisa considerar os aspectos comunicacionais como elementos centrais do processo de acolhimento e suporte psicossocial. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em suas referências técnicas⁵, reforça que a comunicação objetiva, empática e culturalmente sensível constitui ferramenta essencial para a atuação psicológica em contextos de emergência, especialmente frente aos impactos psicossociais das mudanças climáticas que se manifestam através de fenômenos como a ecoansiedade e o luto ambiental.

2.3 Acessibilidade Comunicacional como Imperativo Ético e Jurídico

A acessibilidade comunicacional consolida-se como imperativo ético e jurídico, fundamentada em marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que estabelecem o acesso à informação como direito humano fundamental, especialmente em situações de emergência e desastres. Conforme dispõe a LBI, “é obrigatória a

⁵ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres. Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emergencias-e-Desastres-web_v2.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.



acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente” (Art. 63).

No âmbito do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), esse compromisso materializou-se em ações concretas, como a oferta de 308 horas de tradução e interpretação em Libras em eventos institucionais durante 2024, totalizando 547 horas no triênio 2022-2025. A essas iniciativas somam-se a adoção sistemática de descrição de imagens, transcrição de vídeos e revisão da linguagem escrita e visual sob a perspectiva do modelo social da deficiência, superando a mera remoção de barreiras para afirmar a acessibilidade como condição de exercício pleno da cidadania comunicativa.

3. Metodologia

3.1 Abordagem e Desenho da Pesquisa

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, orientada pelo método de análise documental, conforme sistematizado por Bardin (2016). Essa escolha metodológica é coerente com o objetivo de compreender os sentidos, estratégias e valores comunicacionais presentes nas ações institucionais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) entre 2024 e 2025, período em que foram implementadas a Política de Comunicação Institucional (Portaria CRP 06 nº 17/2025) e campanhas de grande alcance, como “Psi Sangue Bom” e “Aquecer também é Acolher”.

A análise documental é entendida, aqui, como processo sistemático de interpretação de registros institucionais e comunicacionais, com foco em identificar práticas, discursos e indicadores de impacto social (BARDIN, 2016). A estratégia foi fundamentada em referenciais da comunicação pública (BUCCI; VANNUCHI, 2020; HASWANI, 2013), comunicação de riscos (LUNDGREN; McMAKIN, 2018) e psicologia das emergências (SPINK, 2020; CFP, 2024), articulados à noção de direito humano à comunicação e à acessibilidade informacional (STEVANIM; MURTINHO, 2022).

3.2 Corpus Documental e Critérios de Seleção



O corpus da pesquisa foi composto exclusivamente por documentos públicos e institucionais produzidos pelo CRP SP entre janeiro de 2024 e julho de 2025, complementados por materiais de domínio público de órgãos parceiros, como o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Pró-Sangue.

Os documentos foram selecionados com base em três critérios principais:

- Pertinência temática — relação direta com comunicação pública, acessibilidade, gestão de riscos ou campanhas institucionais;
- Disponibilidade pública e autenticidade — publicação em site oficial, relatórios ou canais institucionais do CRP SP;
- Representatividade temporal — abrangência das ações do triênio 2022–2025, com ênfase nas realizações de 2024–2025.

Composição do corpus:

Documentos normativos:

- Portaria CRP 06 nº 17/2025 – Institui a Política de Comunicação Institucional⁶;

Relatórios de gestão:

- Relatório de Gestão – Triênio 2022–2025 (CRP SP)⁷.

Campanhas institucionais:

- Psi Sangue Bom (abril de 2025), em parceria com a Fundação Pró-Sangue⁸.

Publicações técnicas:

- Cartilha para produção de documentos escritos anticapacitistas (2025)⁹;

⁶ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Portaria CRP n. 17/2025. Aprova e Disponibiliza a Política de Comunicação Institucional do Conselho Regional de Psicologia da

6^a Região – CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/portaria-crp-n-17-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.

⁷ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Relatório de Gestão – Triênio 2022 a 2025. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/planejamento/relatorio-de-gestao-trienio-2022-a-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.

⁸ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Campanha “Psi Sangue Bom” ajudou a salvar 64 vidas, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/noticia/view/3461/campanha-psi-sangue-bom-ajudou-a-salvar-64-vidas>. Acesso em: 9 out. 2025.

⁹ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Cartilha para produção de documentos escritos anticapacitistas, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/view/563>. Acesso em: 9 out. 2025.



- Guia prático sobre acessibilidade para profissionais de Psicologia (2^a ed., 2025)¹⁰;
- Cartilha de atendimento à pluriversidade surda (2025)¹¹.

Dados quantitativos oficiais:

- Métricas de acessibilidade (horas de Libras, legendas e descrições de imagem);
- Alcance digital e engajamento (dados de redes sociais e relatórios de audiência);
- Registros de impacto social (como o número de doações de sangue resultantes da campanha “Psi Sangue Bom”).

Essa seleção priorizou documentos de caráter oficial, garantindo transparência, rastreabilidade e verificabilidade pública das informações utilizadas.

3.3 Procedimentos Analíticos

A análise seguiu as três etapas clássicas da análise de conteúdo descritas por Bardin (2016):

1. Pré-análise: leitura integral e flutuante dos documentos, com identificação inicial de temas e categorias emergentes.
2. Exploração do material: categorização temática com base em quatro eixos analíticos definidos a partir dos objetivos do estudo:
 - Acessibilidade comunicacional: práticas e políticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência;
 - Gestão de riscos e emergências: protocolos e parcerias para atuação em situações de crise;
 - Campanhas e mobilização social: estratégias de engajamento e resultados concretos;

¹⁰ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Guia prático sobre acessibilidade para profissionais de Psicologia, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/view/535>. Acesso em: 9 out. 2025.

¹¹ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Cartilha de atendimento à pluriversidade surda, 2025. Disponível: <https://www.crpssp.org/impresso/view/564>. Acesso em: 9 out. 2025.



- Produção de conhecimento técnico e ético: publicações e ações formativas para o campo da Psicologia.

3. Tratamento dos resultados e interpretação: síntese e inferência dos significados observados, articulando evidências documentais aos referenciais teóricos sobre comunicação pública, direitos humanos e gestão de riscos.

Durante o processo, buscou-se identificar recorrências, tensões e inovações nas práticas comunicacionais, observando como os documentos institucionalizam valores éticos, técnicos e políticos da comunicação pública e da Psicologia em contextos de emergência climática.

3.4 Critérios de Validade e Limitações

A validade interna da pesquisa foi assegurada pela triangulação de fontes, comparando informações provenientes de diferentes tipos de documentos (normativos, campanhas, relatórios e publicações técnicas). Essa estratégia permitiu confirmar a coerência dos dados e reduzir vieses interpretativos.

Como limitação, reconhece-se o caráter institucional do corpus, que expressa a perspectiva oficial do CRP SP. Entretanto, a diversidade de documentos analisados — somando registros normativos, técnicos e comunicacionais — confere amplitude suficiente para compreender a complexidade das práticas estudadas.

Além disso, os dados quantitativos apresentados (horas de tradução em Libras, alcance digital, número de doações etc.) foram extraídos diretamente de relatórios internos do CRP SP e fontes oficiais das instituições parceiras, garantindo rastreabilidade e consistência das informações.

O estudo segue a perspectiva metodológica de que a comunicação pública é não apenas objeto, mas também prática social situada, cuja análise exige consideração dos contextos institucionais, éticos e territoriais em que se produz (HASWANI, 2013; BUCCI; VANNUCHI, 2020).

4. Análise e Resultados

4.1 Mobilização e Campanhas Institucionais: a Comunicação Pública como Ferramenta de Empatia Coletiva



A campanha Psi Sangue Bom, implementada em abril de 2025, constitui exemplo paradigmático da comunicação pública como instrumento de mobilização social e exercício concreto de cidadania. Conforme registrado na documentação institucional analisada, a articulação com a Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo resultou na salvaguarda de 64 vidas, número confirmado por dados oficiais da instituição parceira. Como afirma Bucci (2016), a comunicação pública transcende a função meramente informativa, constituindo-se como uma ação política cujo propósito é mobilizar a sociedade e construir sentido público para iniciativas coletivas.

A articulação com a Cruz Vermelha na Campanha do Agasalho – “Aquecer também é acolher” – materializou o conceito de que pequenos gestos de partilha representam práticas de cuidado, alinhadas ao compromisso ético-político da Psicologia.

Os dados quantitativos de engajamento revelam o alcance significativo da iniciativa: com participação de trabalhadoras e trabalhadores e categoria na palestra virtual de lançamento, enquanto as peças comunicacionais alcançaram aproximadamente 185 mil visualizações nas redes sociais do Conselho¹². A estratégia de comunicação, fundamentada em preceitos de acessibilidade e linguagem cidadã, incluiu a produção de materiais em múltiplos formatos — vídeos legendados e/ou com tradução em Libras e com descrição de imagem, cards com linguagem clara e direta, e versões em Libras de todos os conteúdos principais.

A análise dos materiais da campanha evidencia a construção de uma narrativa que associa a atuação profissional da Psicologia à responsabilidade social coletiva. Conforme registrado no Relatório de Gestão do Triénio 2022-2025 do CRP SP, “a campanha posicionou a categoria como agente ativo na construção de soluções para desafios de saúde pública, reforçando a interface entre a prática psicológica e o compromisso com o bem-estar coletivo” (p. 89).

4.2 Gestão de Riscos e Cooperação Institucional: A Resiliência Comunicacional em Situações de Crise

¹² CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Relatório de Gestão – Triênio 2022 a 2025. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/planejamento/relatorio-de-gestao-trienio-2022-a-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.



O 3º Seminário Estadual de Psicologia na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, realizado em outubro de 2024, representou marco significativo na consolidação da interface entre comunicação pública e gestão de riscos. O evento, que congregou 92 participantes presenciais e 1.041 visualizações na transmissão do Youtube, teve seu terceiro dia interrompido por intensa tempestade que atingiu a capital paulista. Este episódio, longe de constituir mero contratempo operacional, transformou-se em demonstração empírica da resiliência comunicacional como eixo fundamental da gestão de crises.

Conforme documentado nos registros institucionais, a equipe de comunicação do CRP SP implementou protocolos de contingência que garantiram: a) o registro integral das atividades remanescentes; b) a comunicação imediata aos participantes sobre as alterações de programação; c) a disponibilização posterior de todo o conteúdo em formatos acessíveis; e d) a transcrição completa dos debates para publicação em caderno técnico.

Essa capacidade de resposta ágil e transparente alinha-se aos princípios de comunicação de riscos propostos por Lundgren e McMakin (2018), segundo os quais “a comunicação eficaz em contextos de crise requer planejamento prévio, credibilidade institucional, clareza nas mensagens e respeito às necessidades informacionais de públicos diversos” (p. 27). Ao incorporar tais diretrizes, o CRP SP fortaleceu sua função pública de mediação de informações e garantia de acesso, contribuindo para a manutenção da confiança e da coesão entre profissionais e sociedade civil mesmo em situações adversas.

Conforme documentado nos registros institucionais do CRP SP, em 4 de dezembro de 2024, durante o lançamento da campanha “SP Sempre Alerta – Operação Chuvas 2024/2025”, realizado no Palácio dos Bandeirantes, a conselheira-presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781) assinou um protocolo de cooperação com a Casa Militar do Estado de São Paulo, representando a Defesa Civil Estadual. A iniciativa, articulada pela Comissão de Riscos, Emergências e Desastres (CRED) do CRP SP, presidida pelo conselheiro Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424), marcou um avanço significativo na institucionalização da atuação da Psicologia nos processos de prevenção, preparação, resposta e recuperação em situações de emergência e desastres.



O termo de cooperação prevê ações conjuntas entre o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, e o CRP SP, incluindo: capacitação de recursos humanos, execução de projetos em parceria, criação de grupos de trabalho especializados, promoção de visitas técnicas e desenvolvimento de atividades voltadas ao atendimento operacional da Defesa Civil em contextos de calamidade. Essas diretrizes evidenciam o reconhecimento do papel essencial da Psicologia na oferta de suporte psicossocial, no fortalecimento das redes de cuidado e na promoção da saúde mental coletiva.

Essa cooperação interinstitucional está em consonância com as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (CFP, 2024), que enfatizam a necessidade de integração entre políticas públicas e saberes psicológicos para promover respostas humanizadas em contextos de crise. Como assinala o documento, “a articulação entre profissionais de Psicologia e os sistemas de defesa civil é fundamental para a redução dos impactos psicossociais dos desastres e para a reconstrução das redes comunitárias de apoio” (CFP, 2024, p. 15).

No mesmo evento, o Governo do Estado destacou o uso de radares meteorológicos modernos, sistemas de alerta via cell broadcast e parcerias com municípios como parte do esforço de fortalecimento da infraestrutura preventiva frente à temporada de chuvas intensas. Nesse contexto, a presença institucional do CRP SP reforça a importância da comunicação pública intersetorial como estratégia de governança colaborativa, coerente com as proposições de Bucci e Vannuchi (2020) sobre o direito humano à comunicação como instrumento de democratização e proteção social.

A atuação do CRP SP nesse campo amplia o alcance das práticas psicológicas em políticas de defesa civil, inserindo a dimensão emocional e comunitária das emergências na agenda pública. Tal iniciativa, amplamente divulgada nos canais institucionais do Conselho, reafirma seu compromisso com a promoção da dignidade humana, a inclusão das populações vulnerabilizadas e a produção de respostas coletivas e solidárias frente às mudanças climáticas.

A recomposição da Comissão Especial de Riscos, Emergências e Desastres (CRED) em 2024 fortaleceu o debate sobre os impactos psicossociais das mudanças climáticas, com destaque para conceitos como ecoansiedade e solastalgia. Essa articulação entre saberes psicológicos e desafios ambientais dialoga com a reflexão de



Alves (2012), para quem a atuação em contextos de desastres deve reconhecer a natureza social e política dos eventos críticos, os quais se inscrevem em contextos de vulnerabilidade historicamente construídos. Assim, a inserção da Psicologia nesse campo não se limita ao atendimento individual, mas compreende a complexidade ecológica e comunitária dos processos de sofrimento e reconstrução.

4.3 O Ecossistema Comunicacional do CRP SP: Abrangência e Impacto

Para além das iniciativas analisadas, o CRP SP estruturou um ecossistema comunicacional multidimensional. Os dados quantitativos revelam alcance significativo: 6,2 milhões de visitantes no site institucional em 2024, com crescimento consistente nas redes sociais – 127 mil seguidores no Instagram em julho 2025 e 18 mil no LinkedIn, consolidando este último como espaço de interlocução profissional¹³.

A atuação em relações públicas amplificou a visibilidade institucional, com mais de 100 inserções espontâneas em veículos de credibilidade como TV Cultura, Band e Agência Brasil, alcançando 5 milhões de page views e economizando R\$ 1,5 milhão em valor de mídia. Estratégia complementada por parcerias com influenciadores sociais, potencializando o alcance para 400 mil pessoas no Instagram.

O escopo territorial manifestou-se através de 16 mil pessoas alcançadas presencialmente em 2024 em eventos orientativos. Esse modelo operacional integrado – digital, midiático e territorial – consolida a comunicação como eixo transversal da governança institucional.

5.1 Comunicação Acessível como Estratégia Integrada de Cuidado e Mobilização

A análise das ações do CRP SP evidencia que a comunicação pública acessível se configura como estratégia multidimensional, articulando cuidado psicossocial, mobilização cidadã e prevenção de riscos. A experiência do Conselho demonstra que a comunicação pode transcender a mera transmissão de informações, integrando dimensões técnicas, éticas e políticas. Segundo Bucci e Vannuchi (2020), a comunicação pública

¹³ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. Relatório de Gestão – Triênio 2022 a 2025. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/planejamento/relatorio-de-gestao-trienio-2022-a-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.



qualificada constitui uma tecnologia social que requer investimento sistemático, capacitação continuada e compromisso institucional.

A intersetorialidade observada — envolvendo Psicologia, Defesa Civil, Saúde e Comunicação — representa avanço na construção de respostas integradas a emergências e desastres. Lundgren e McMakim (2018) sustentam que a complexidade dos riscos contemporâneos demanda abordagens colaborativas que transcendam a fragmentação institucional e promovam sinergias entre diferentes áreas de conhecimento. O protocolo desenvolvido pelo CRP SP com a Defesa Civil exemplifica a integração de suporte psicossocial aos sistemas de alerta e resposta a desastres (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2024).

5.2 Relevância Ética da Linguagem Anticapacitista e Inclusão Comunicacional

As publicações anticapacitistas do CRP SP contribuem para a transformação das estruturas simbólicas de produção e circulação de saberes, indo além da eliminação de barreiras técnicas de acesso. Bourdieu (1999) já demonstrava que a linguagem não é um instrumento neutro, mas um campo de lutas simbólicas onde se exerce poder e se estabelecem hierarquias sociais, podendo tanto reproduzir quanto contestar as estruturas de dominação.

No caso da pluriversidade surda, o Conselho promove a valorização da Libras como língua natural da comunidade surda e o respeito às identidades surdas, alinhando-se à noção de justiça epistêmica descrita por Nussbaum (2012), segundo a qual reconhecer diferentes formas de conhecimento é central para o exercício da cidadania e do florescimento humano.

5.3 Articulação entre Práticas Locais e Metas Globais: Contribuições aos ODS

As ações do CRP SP podem ser articuladas aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), especialmente ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

A comunicação acessível promovida pelo Conselho busca garantir que informações essenciais sobre riscos, proteção e saúde alcancem todos os segmentos da população, promovendo inclusão e equidade no acesso à informação. Nesse sentido, a



experiência do CRP SP reforça a importância de estratégias de comunicação que integrem cuidado psicossocial, mobilização cidadã e prevenção de riscos, em consonância com orientações da literatura sobre comunicação de riscos e justiça social (LUNDGREN; McMAKIN, 2018; BUCCI; VANNUCHI, 2020).

5.4 Lacunas e Desafios para Pesquisas Futuras

Observa-se a escassez de mecanismos sistemáticos para avaliação do impacto das ações de comunicação, especialmente quanto aos efeitos de médio e longo prazo. No contexto brasileiro, a produção acadêmica sobre comunicação de riscos, emergências e saúde mental ainda é limitada, indicando lacunas significativas no desenvolvimento de metodologias robustas e indicadores confiáveis para mensuração de resultados (BRAGA et al., 2018; ALVES, 2012).

A rápida evolução dos riscos ambientais e das mudanças climáticas demanda estratégias comunicacionais ágeis e baseadas em evidências, articulando a participação de diferentes atores institucionais e da sociedade civil (LUNDGREN; McMAKIN, 2018). Experiências institucionais como a do CRP SP demonstram que é possível implementar abordagens intersetoriais inclusivas, integrando comunicação pública, atenção psicossocial e mobilização comunitária. A consolidação de políticas integradas de comunicação de riscos requer investimento contínuo em capacitação, infraestrutura e governança participativa, alinhada às melhores práticas internacionais em gestão de crises e desastres (BUCCI; VANNUCHI, 2020).

6. Considerações Finais

6.1 Síntese das Contribuições e Reafirmação da Comunicação Pública como Eixo Estratégico

As ações analisadas no período 2024-2025 demonstram que a comunicação pública acessível constitui um campo estratégico fundamental para políticas institucionais, especialmente em contextos de emergência climática e desigualdades sociais. A experiência do CRP SP evidencia que é possível articular, de forma sinérgica, informação técnica qualificada, cuidado psicossocial e mobilização cidadã. Segundo Bucci e Vannuchi (2020), a comunicação pública representa um investimento social que fortalece a democracia, protege direitos e promove equidade.



O protagonismo do CRP SP configura experiência paradigmática de política comunicacional eticamente orientada e tecnicamente sofisticada. A implementação da Política de Comunicação Institucional, por meio da Portaria CRP 06 nº 17/2025, representa marco institucional que transcende a mera organização de fluxos informativos, estabelecendo a comunicação como eixo transversal de governança democrática e promoção de direitos.

6.2 Potencial de Replicabilidade e Adaptação do Modelo

A experiência do CRP SP apresenta potencial significativo de replicação em outras autarquias, conselhos profissionais e instituições públicas. Os princípios estruturantes identificados — acessibilidade, intersetorialidade, transparência e engajamento com a diversidade — possuem caráter universal e podem ser adaptados a diferentes contextos institucionais (BRAGA et al., 2018).

A articulação entre comunicação pública, gestão de riscos e direitos humanos oferece roteiro metodológico valioso para instituições que buscam fortalecer sua capacidade de resposta a crises e emergências, promovendo práticas inclusivas e fundamentadas em evidências.

6.3 Agenda de Pesquisa Futura e Desenvolvimento Metodológico

O estudo indica necessidade de pesquisas futuras em duas frentes principais: mensuração sistemática de impactos e análise aprofundada das percepções e efeitos sociais das estratégias comunicacionais.

No que se refere à avaliação do impacto, recomenda-se o desenvolvimento de metodologias mistas capazes de capturar tanto dimensões quantitativas (alcance, engajamento, conversão) quanto qualitativas (significados, apropriações, transformações) (ALVES, 2012; BRAGA et al., 2018).

Além disso, há carência de estudos que analisem os efeitos das estratégias comunicacionais sobre profissionais da Psicologia e sobre a sociedade em geral. Investigar campanhas de mobilização social e sua repercussão na identidade profissional e nas práticas cotidianas constitui oportunidade relevante de pesquisa aplicada (LUNDGREN; McMAKIN, 2018).



6.4 Integração Conceitual: Comunicar é Cuidar

A experiência do CRP SP corrobora a ideia de que "comunicar é cuidar", sendo a comunicação pública acessível uma tecnologia social de cuidado capaz de proteger vidas, fortalecer comunidades e promover saúde psicossocial. Lundgren e McMakin (2018) destacam que a comunicação em contextos de risco vai além da função informativa, assumindo dimensão protetora e estratégica.

A integração entre acessibilidade, direitos humanos e gestão de emergências climáticas revela-se não apenas possível, mas necessária e estratégica. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) reforça que os Estados devem assegurar que pessoas com deficiência possam exercer o direito à liberdade de expressão e acesso à informação em igualdade de condições.

6.5 Conclusão: por uma Comunicação Pública Radicalmente Inclusiva

O estudo permite concluir que a comunicação pública radicalmente inclusiva — fundamentada em direitos humanos, sensível à diversidade e comprometida com acessibilidade — constitui caminho viável para instituições que buscam promover sociedades mais justas, resilientes e democráticas.

A experiência do CRP SP entre 2024 e 2025 demonstra que é possível alinhar excelência técnica, compromisso ético e eficácia comunicacional. A comunicação pública acessível se configura, assim, como instrumento central de democratização informacional e fortalecimento da cidadania ativa, sendo essencial para a proteção de vidas, promoção da equidade e construção de futuros comuns sustentáveis (BUCCI; VANNUCHI, 2020; LUNDGREN; McMakin, 2018).

O conjunto de ações analisadas demonstra que a comunicação pública acessível é um campo estratégico da política institucional, capaz de articular informação, cuidado e mobilização social, especialmente no contexto de emergência climática. A experiência do CRP SP oferece contribuições relevantes para o campo da comunicação pública, ao evidenciar práticas alinhadas a direitos humanos, diversidade e acessibilidade. Estudos futuros devem mapear impactos quantitativos das campanhas e analisar os efeitos das estratégias comunicacionais junto à sociedade e à categoria profissional, reforçando a comunicação pública como instrumento de democratização e fortalecimento da cidadania.



REFERÊNCIAS:

ALVES, R. B. A. **A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais.** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 143–150, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/5wCT3zj4Bg9XBrmL3wfct8D/>. Acesso em: 9 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Lisboa: Edições 70, 1957.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, A. P. de A. et al. **Produção científica sobre psicologia dos desastres: uma revisão da literatura nacional.** Revista Brasileira de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 89–104, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-294X2018000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 9 out. 2025.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: da crise à emergência da cidadania.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUCCI, Eugênio; VANNUCHI, Camilo M. **Direito humano à comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil.** 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-26022021-222743/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CARDONA, Omar-Dario. **La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo: una perspectiva integral para la gestión del riesgo de desastres.** In: BIZZO, Len; CASTRO, Aluisio (org.). **A Ciência do Risco: abordagens multidisciplinares.** 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Risco, 2020. p. 89–107.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres.** Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emergencias-e-Desastres-web_v2.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Campanha do Agasalho 2025: o CRP SP e Cruz Vermelha São Paulo convidam a categoria a aquecer vidas.** São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/noticia/view/3495/campanha-do-agasalho-2025-o-crp-sp-e-cruz-vermelha-sao-paulo-convidam-a-categoria-a-aquecer-vidas>. Acesso em: 9 out. 2025.



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Campanha “Psi Sangue Bom” ajudou a salvar 64 vidas. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/noticia/view/3461/campanha-psi-sangue-bom-ajudou-a-salvar-64-vidas>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Cartilha para produção de documentos escritos anticapacitistas. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/view/563>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Cartilha de atendimento à pluriversidade surda. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/view/564>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Guia prático sobre acessibilidade para profissionais de Psicologia. 2. ed. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/view/535>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Manual de Direitos Humanos. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://www.crpssp.org/impresso/index?categoria=8>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Portaria CRP n. 17/2025. Aprova e disponibiliza a Política de Comunicação Institucional do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/portaria-crp-n-17-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Relatório de Gestão – Triênio 2022 a 2025. São Paulo: CRP-06, 2025. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/planejamento/relatorio-de-gestao-trienio-2022-a-2025/>. Acesso em: 9 out. 2025.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação pública. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública no contexto das emergências climáticas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). Comunicação pública e gestão de crises. São Paulo: Summus, 2019. p. 115–130.

LUNDGREN, Regina; McMAKIN, Andrea. Risk communication: a handbook for communicating environmental, safety, and health risks. 6. ed. Hoboken: Wiley, 2018.



MAINIERI, Tiago; ROSA, Elisa Costa Ferreira. **Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões**. Revista Comunicação Midiática, Bauru, v. 7, n. 1, p. 192–206, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/307>. Acesso em: 9 out. 2025.

NUSSBAUM, Martha C. **Capacidades e justiça social**. In: NUSSBAUM, Martha C. Creando capacidades: la propuesta del enfoque de las capacidades. Barcelona: Editorial Planeta, 2012. p. 35–56.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015.

SPINK, Peter Kevin. **Psicologia de emergências e desastres: construindo interfaces na saúde pública**. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2020.

SPINK, Peter Kevin. **Práticas sociais e o sentido público da Psicologia**. Psicologia & Sociedade, Recife, v. 15, n. 2, p. 18–33, 2003.

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época (Relatório MacBride)**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1983.